

A INVESTIGAÇÃO SOBRE
HERÁLDICA E SIGILOGRAFIA
NA PENÍNSULA IBÉRICA:
ENTRE A TRADIÇÃO
E A INOVAÇÃO

A INVESTIGAÇÃO SOBRE HERÁLDICA E SIGILOGRAFIA NA PENÍNSULA IBÉRICA: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO

DIRETORES

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

MANUEL JOAQUÍN SALAMANCA LÓPEZ



THE CREATIVE
ARCHIVES' AND USERS'
NETWORK

Co-funded by the
Creative Europe Programme
of the European Union



Coimbra
2018

© Maria do Rosário Barbosa Morujão, da edição, 2018
© Manuel Joaquín Salamanca López, da edição, 2018
© De cada capítulo su autor, da edição, 2018
© Centro de História da Sociedade e da Cultura, da edição, 2018

Edição:

CHSC - Centro de História da Sociedade e da Cultura
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra / Portugal
Tel. (+351) 239 859 900
Website: <http://chsc.uc.pt/>

ISBN: 978-989-8155-07-8
Depósito Legal: 450422/18

Capa: Imágenes de ANTT, Libro del Armero-mor, fl. 9v y 10r

O apoio da Comissão Europeia para a preparação desta publicação não constitui uma aprovação do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não é responsável pelo uso que possa ser feito das informações nele contidas.

Não é permitida a reprodução total ou parcial deste livro ou de seu processamento ou transmissão por computador de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico ou fotocópia por registro ou outros métodos sem a prévia autorização por escrito dos proprietários da propriedade intelectual.

ÍNDICE

	págs.
INTRODUÇÃO	11
IDADE MÉDIA	13
Francisco Antonio Chacón Gómez-Monedero <i>La validación en documentos capitulares de Cuenca en el siglo XIII. El sello y las cláusulas de su anuncio</i>	15
Jean-Luc Chassel <i>Le rayonnement des armoiries de Blanche de Castille, reine de France (†1252)</i>	41
Cristina Tuimil Fernández <i>Armas elocuentes: la recuperación de un linaje olvidado a través de su representación heráldica</i>	59
ÉPOCA MODERNA	79
Ramón Baldaquí Escandell <i>Mentalidad barroca y heráldica local: algunos ejemplos valencianos</i>	81
Lorena C. Barco Cebrián <i>La heráldica y la sigilografía nobiliarias en una carta ejecutoria de hidalguía inédita: Pedro y Juan Pérez de la Torre (1694)</i>	101
Domingo Beltrán Corbalán, Francisco Precioso Izquierdo <i>Apuntes sobre la representación de la memoria nobiliaria en la España del siglo XVII: una genealogía de la casa ducal de Montalto</i>	115
Yolanda Isabel Bustamante Sampedro, José María de Francisco Olmos, Antonio Carpallo Bautista <i>Las encuadernaciones con superlibros heráldicos españoles de la Casa Velázquez</i>	133
Francisco Glicerio Conde Mora, José María Montero Carmona <i>Testimonios heráldicos del antiguo Hospital Real de Cádiz en los siglos XVII y XVIII</i>	149
Mayte Contreras Mira <i>Heráldica en la biblioteca de la Casa de Alba</i>	169

Alicia Duhá Lose <i>Um heraldista alemão em terras brasileiras: a arte dos documentos do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia do Ir. Paulo Lachenmayer OSB através dos documentos do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia</i>	191
Miriam Fernández Pérez <i>La colección de sellos en tinta en la antigua provincia de Santander en el Archivo Histórico Nacional</i>	205
José María de Francisco Olmos <i>Los sellos de Carlos III de Austria como Hispaniarum rex: Imagen y evolución</i>	227
José María de Francisco Olmos, Yohana Yessica Flores Hernández, Antonio Carpallo Bautista <i>Los exlibris en las encuadernaciones de la Real Academia de Bellas Artes de San Fernando: escudos heráldicos y marcas de propiedad</i>	251
José Luis Gonzalo Sánchez-Molero <i>Mateo Vázquez de Leca: la construcción heráldica de una discutida identidad noble en la corte de Felipe II</i>	265
María Herranz Pinacho, Alberto Corada Alonso <i>La heráldica como simbología de poder de los marqueses “ausentes” de Aguilar de Campoo</i>	283
Alicia Marchant Rivera <i>Motivos escudiformes en las cartas de profesión del Císter malagueño (s. XVII): una aproximación</i>	303
Cristóvão Mata <i>As armas da Casa de Aveiro como representação da sua identidade narrativa</i>	319
Fernando Rodríguez Ramos <i>Aproximación al estudio de la heráldica en la arquitectura civil de la ciudad de Burgos</i>	335
Miguel Metelo de Seixas <i>Armes politiques : fluctuations héraldiques pour la joyeuse entrée de Philippe III à Lisbonne en 1619</i>	355
ÉPOCA CONTEMPORÂNEA	381
Paulo Jorge Morais Alexandre <i>Um armorial de domínio da primeira República Portuguesa: O Armorial da Escola Superior de Educação de Lisboa</i>	383

Carmen María Alonso Riva, Virginia María Cuñat Ciscar <i>La heráldica municipal en las filigranas papeleras (siglos XIX-XX)</i>	395
Emanuelle Querino A. de Aviz <i>Elementos simbólicos do brasão do município de Imbituba: análise do imaginário das crianças das escolas municipais</i>	413
Diogo Teixeira Dias <i>A preservação iconográfica da História Militar – A heráldica como meio</i>	427
Gerard Marí i Brull <i>La cancelación de la heráldica napoleónica del Govern de Catalunya (1810-14): el notario Antonio Ubach en 1815</i>	441
ABORDAGENS TRANSVERSAIS E INTERDISCIPLINARES	471
Filipa Marisa Gonçalves Medeiros Araújo <i>Letras e cimeiras: emblemática e literatura em diálogo no século XVI</i>	473
Marcos Fernández Gómez <i>El Escudo de Sevilla y los símbolos de la ciudad. Tradición y Renovación de la Heráldica Municipal</i>	489
Ernesto Fernández-Xesta y Vázquez <i>La búsqueda de la unidad y de la unificación no implica uniformidad ni pérdida de autonomía</i>	511
Saul António Gomes <i>Sigilografia em Portugal: alguns desafios e problemas</i>	525
Catarina Santos, Teresa M. V. D. Pinho e Melo <i>Haverá Química na Sigilografia?</i>	539
Juan Antonio Yeves Andrés <i>La heráldica en la encuadernación de libros y documentos</i>	549

AS ARMAS DA CASA DE AVEIRO COMO REPRESENTAÇÃO DA SUA IDENTIDADE NARRATIVA

CRISTÓVÃO MATA

Centro de História da Sociedade e da Cultura – Univ. de Coimbra

0000-0002-3682-0700

cristovaomat@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste capítulo consiste em interpretar as armas da Casa de Aveiro, fundada a 27 de maio de 1500, e articular o seu significado com identidade narrativa formulada pelos duques de Aveiro. Estes aristocratas, representantes de uma das principais casas aristocráticas portuguesas da Época Moderna, promoveram um discurso que estabelecia uma correspondência entre o seu património e o estado senhorial do infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra; em simultâneo, apostaram na evocação da memória do rei D. João II, mediante o qual entroncavam na Coroa. Com ambos os argumentos, recuavam a data da fundação da sua casa até um período anterior a 1500, o que lhes seria útil no âmbito de disputas de predências, constituindo a sua heráldica uma representação deste último discurso.

Palavras-Chave: Aristocracia; Heráldica, Casa de Aveiro, Identidade Narrativa.

Abstract: The aim of this chapter is to analyse the House of Aveiro's arms, founded on May 27 1500, and articulate its meaning with the narrative identity constructed by the Dukes of Aveiro. This aristocrats, representing one of the major noble houses in the Early Modern Portugal, promoted a discourse that considered their house to be the same noble estate owned prince Peter, first duke of Coimbra; at the same time they invested on evocating the king John II's memory, through whom they were connected to the Portuguese Crown. Both arguments allow them to consider that their house was founded before the year of 1500, which would be useful in the context of several disputes, constituting their heraldry a representation of this last discourse.

Keywords: Aristocracy, Heraldry, House of Aveiro, Narrative Identity.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge no âmbito da nossa tese de doutoramento, atualmente em vias de conclusão, referente à inserção da Casa de Aveiro no espaço social da nobreza e à sua implantação territorial no contexto do regime senhorial da Época Moderna. Na origem deste projeto¹, encontrava-se o objetivo de se esclarecerem algumas questões surgidas num estudo anterior², nomeadamente sobre a jurisdição e as prerrogativas senhoriais, as estruturas de domínio e as redes clientelares de que os duques de Coimbra e de Aveiro dispunham, nos seus senhorios e almoxarifados, para efeito da administração da justiça e cobrança de rendas.

Com o decorrer do tempo, todavia, ainda que não tivéssemos abdicado de responder a qualquer uma das questões inicialmente colocadas, vários temas se impuseram como problemáticas que, embora tratadas por outros autores³, necessitavam de ser discutidas de forma mais aprofundada. Problemas tais como as circunstâncias que propiciaram, nos finais do século XV, a fundação da Casa de Aveiro (e que durante muito tempo determinaram a sua existência sob múltiplos aspetos), por exemplo, tiveram que ser revisitados.

Do mesmo modo, a análise dos momentos de proximidade e de distanciamento entre os representantes da Casa de Aveiro e a Coroa – refletidos, por exemplo, na generosidade ou na parcimónia dos reis a respeito da concessão de mercês, que justificariam alguns períodos de crise e, em última análise, a extinção desta casa, em 1759 - não poderia ser ignorada. Questões como o investimento nos filhos dos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas e os respetivos destinos individuais, bem como a formação, configuração e evolução do seu património, entre tantos outros temas, acabaram por se afirmar como problemáticas cujo tratamento, num trabalho que pretende oferecer uma visão panorâmica sobre a Casa de Aveiro, ajudaria a uma melhor compreensão das questões que inicialmente o motivaram – e que, ao mesmo tempo, suscitaria novas interrogações.

Com efeito, durante o processo de levantamento de documentação, constatou-se a existência de uma história que os membros da Casa de Aveiro contavam sobre si e na qual se reconheciam. Esta «identidade narrativa», para recorrer ao conceito cunhado por Paul Ricoeur⁴, embora não esteja plasmada de modo coerente e siste-

¹ *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*, doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/93202/2013), desenvolvido como colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura e orientado pela Professora Doutora Margarida Sobral Neto.

² MATA, Cristóvão – *O Poder Local em Penela (1640-1834)*. Coimbra: Palimage, 2013.

³ A primeira grande narrativa sobre a história familiar da Casa de Aveiro foi realizada por SOUSA, António Caetano de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo XI. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745, p. 1-369, sendo esta complementada, durante o século XX, por CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*. III Tomos. Lisboa: Edições Gama, 1993. Mais recentemente, a questão foi revisitada no trabalho de NEVES, Francisco Ferreira – *A Casa e o Ducado de Aveiro. Sua origem, evolução e extinção. Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. XXXVIII (1972), p. 161-217 e 257-338.

⁴ *Tempo e Narrativa*. Volume 3. Campinas: Papyrus, 1997, p. 426.

mático numa qualquer obra encomiástica, tornou-se perceptível quando se consultaram as petições dirigidas aos reis pelos duques de Aveiro. Percebeu-se também que parte do argumentário delas constante encontrava a sua representação iconográfica nas armas desta casa senhorial.

Em meados do século XVII, terá ocorrido uma reformulação heráldica, que foi ao encontro das aspirações do quarto duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, e que se articulou perfeitamente com a identidade da Casa de Aveiro. Com efeito, as armas integravam o conjunto dos seus bens simbólicos e à alteração que terá ocorrido na década de 1650, ainda que esta pudesse ter redundando na promoção da casa, acabou por corresponder um momento de conflito com a monarquia, seguindo-lhe um longo período de crise.

O propósito da presente comunicação não é o de avaliar a relações entre a Casa de Aveiro e a Coroa ou de analisar a sua história familiar, exercícios que seriam ambos manifestamente difíceis de realizar nas páginas que se seguem; antes consiste em apresentar os elementos constitutivos da sua identidade nobiliárquica, relacioná-los com determinados objetivos e projetos de ordem social e política e articulá-los com o significado das armas da casa dos duques de Aveiro.

Para este efeito, importará começar por se apresentar o conceito de casa senhorial, termo cuja definição mais comum e aceite pela historiografia portuguesa foi proposta por Nuno Gonçalo Monteiro. Segundo este autor, a casa consiste num «conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam»⁵. Trata-se de uma concetualização bastante feliz na medida em que considera os vários elementos constitutivos de uma casa senhorial (ou aristocrática): primeiramente, a família biológica («os que nela nasciam»); depois, todos quanto coabitavam sob o mesmo teto, independentemente de partilharem ou não laços de parentesco (os que «dela dependiam»)⁶; por fim, mas não menos importante, todo o património correspondente à sua estrutura material e imaterial e sobre o qual assentava, em parte, a sua identidade («bens simbólicos e materiais»).

Esta distinção entre bens simbólicos e materiais de uma casa é igualmente adequada porque o património que a compunha incluía não apenas os seus recursos económicos, como também diversos outros elementos identitários que constituíam o respetivo capital simbólico: nesta segunda categoria podem ser incluídos os títulos nobiliárquicos, as armas e os apelidos ostentados por uma determinada família aristocrática; enquanto a dimensão material dos patrimónios senhoriais era composta pela disposição de bens patrimoniais livres e vinculados, de senhorios, de comendas

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 95.

⁶ FRIGO, Daniela – «*Disciplina Rei Familiaræ*»: A Economia como Modelo Administrativo de Ancien Régime. *Penélope*. Vol. 6 (1991), p. 47-62 e HESPANHA, António Manuel – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. *Análise Social*. Vol. XXVIII (1993), p. 951-973.

e de vários outros recursos enquadrados nas categorias de bens da Coroa e bens das ordens⁷.

Não interessa, por agora, demonstrar a duplicidade das referidas categorias de bens, sendo bem mais importante reforçar a ideia de que o património da aristocracia constituía um elemento identificativo tão ou mais relevante do que as linhagens a que as casas correspondiam. Conforme à frente se verificará através da exegese das narrativas dos duques de Aveiro, reproduzidas nos pedidos dirigidos aos monarcas, os argumentos utilizados para destacar a grandeza e os merecimentos da Casa de Aveiro apontavam, sobretudo, para a ancestralidade do seu estado, evocando a memória dos donatários passados.

Não obstante a relação de parentesco biológico entre os duques de Coimbra e de Aveiro e o infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra, o argumento utilizado repousou no facto de os primeiros administrarem parcialmente o património que, durante o século XV, correspondera ao ducado de Coimbra. Em simultâneo, no contexto da solicitação de mercês à Coroa, a ascendência dos membros da Casa de Aveiro e o facto de a origem desta remontar à casa real portuguesa também nunca deixaram de ser evocados.

A FUNDAÇÃO DA CASA DE AVEIRO

A Casa de Aveiro foi uma casa senhorial portuguesa da Época Moderna, cujas origens remontaram a um filho ilegítimo de D. João II: nascido nos finais do século XV, D. Jorge de Lencastre, segundo duque de Coimbra, mestre de Avis e Santiago e senhor de várias vilas no norte de Portugal, recebeu do pai e do sucessor deste, D. Manuel, um vasto estado senhorial que colocou a sua casa num lugar privilegiado na hierarquia aristocrática do Antigo Regime⁸.

A dotação do D. Jorge foi iniciada no contexto de um projeto desenvolvido por D. João II, que colocava o seu filho bastardo na linha de sucessão, mas que acabou por resultar na coroação de D. Manuel⁹. Contudo, foi a dotação das terras anterior-

⁷ Os bens da Coroa, tais como os direitos reais, jurisdições e alcaldarias-mores de vilas, definiam-se por estarem sujeitos à Lei Mental, o que impedia a sua doação perpétua e dispersão e obrigava a que se respeitassem os critérios de varonia e primogenitura; quanto aos bens das ordens (comendas, por exemplo), ainda que estivessem livres daquele constrangimento, também eram doados por vidas (HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, p. 286-289 e OLIVAL, Fernanda – *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 42-51.)

⁸ Sobre a dimensão do seu estado senhorial ou a importância dos rendimentos, ver CASTRO, Armando de – *A Estrutura Dominial Portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*. Lisboa: Caminho, 1992, *passim*; HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1996, p. 430-433; PEREIRA, João Cordeiro – A Renda de uma Grande Casa Senhorial de Quinhentos. In *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Vol. II. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, p. 789-820 e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo..., cit.*, p. 260-269.

⁹ AUBIN, Jean – D. João II devant sa succession. In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. XXVII (1991), p. 101-140.

mente detidas por D. Pedro, solicitada no testamento de D. João II¹⁰, mas realizada, a dois tempos, por D. Manuel, nos dias 27 de maio de 1500 e 26 de março de 1509¹¹, que instituiu a casa de D. Jorge e dos duques de Aveiro.

A afirmação de que foi no dia 27 de maio de 1500 que ocorreu a fundação da Casa de Aveiro sustenta-se em três grandes argumentos. Em primeiro lugar porque, muito embora D. Jorge estivesse provido com outros bens desde o reinado de D. João II (mestrados de Avis e Santiago e um conjunto de senhorios junto dos rios Douro e Tâmega), estes recursos, que haviam sido administrados por infantes ou pelos seus filhos e pertencido ao falecido príncipe D. Afonso, seu irmão, foram-lhe outorgados no âmbito da sucessão desejada pelo pai e com o notório objetivo de o equiparar membro da família real¹².

Não menos importante, as rendas e jurisdições das terras que compunham o ducado de Coimbra e da vila de Torres Novas (que foi doada em satisfação da indisponibilidade de muitos daqueles bens), assim como as rendas e a alcaidaria-mor da cidade de Coimbra, constituíram os únicos bens cuja administração foi transmitida aos descendentes do duque de Coimbra.

Muito embora D. João de Lencastre, filho primogénito de D. Jorge e primeiro duque de Aveiro, tenha tomado posse daqueles senhorios nortenhos após a morte do pai, em 1550, a sua posse foi indeferida¹³. Do mesmo modo, o facto de o duque D. João ter sido agraciado pelo rei D. João III com o senhorio de um conjunto de vilas dos mestrados de cujas comendas era administrador, pouco tempo depois, em 1554¹⁴, não implicou que tivesse sucedido ao pai na administração das ordens, que naquela ocasião também foram incorporados na Coroa¹⁵.

Mais importante, todavia, as cláusulas sucessórias inscritas nas cartas de 27 de maio de 1500 levaram ao entendimento de que a mercê manuelina, ainda que consistisse na doação de bens da Coroa, instituiu um morgadio. Este, porque não estava sujeito à Lei Mental, seria transmitido como se de um qualquer morgadio regular se tratasse – o que impediu, na década de 1660, a extinção da Casa de Aveiro, depois do crime de lesa-majestade pelo qual D. Raimundo foi julgado, e, no século XVIII, possibilitou a sucessão por via feminina.

¹⁰ SOUSA, António Caetano de – *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Tomo II. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1736, p. 171-175.

¹¹ SOUSA, António Caetano de – *Provas...*, cit., Tomo VI, p. 1-9 e Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – Chancelaria de D. Manuel, Livro 24, f. 73v.

¹² MENDONÇA, Manuela – *D. João II: Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 449-450 e PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 81-82.

¹³ FIGUEIREDO, João Anastácio de – Memória para dar huma idéa justa do que erão as behetrias, e em que differião dos coutos e honras. In *Memorias de Litteratura Portugueza*. Tomo I. Lisboa: Na Officina da mesma Academia, 1792, p. 228-229.

¹⁴ ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 58, f. 141v-143.

¹⁵ OLIVAL, Fernanda – *As Ordens Militares...*, cit., p. 42-45.

Foram também estas cláusulas que conferiram coerência a todo o património dos duques de Aveiro, independentemente da sua origem e das cláusulas das respetivas doações. Os bens da cidade de Coimbra, por exemplo, foram doados de juro e herdade somente em 1732¹⁶, mas em todo este tempo foram administrados pelos vários representantes – exceto o título ducal da cidade, que foi extinto por morte de D. Jorge –, sendo concedidos a quem sucedia nos bens doados em 1500.

Por seu turno, o título de duque de Aveiro também foi usado pelos sucessivos representantes da Casa de Aveiro em substituição daquele. Embora doado informalmente, data incerta, mas por volta de 1535¹⁷, a carta de mercê que o outorgou de juro e herdade a D. João de Lencastre foi expedida apenas em 1557. Conforme se pode verificar, esta doação não isentava D. João e os seus sucessores da Lei Mental, mas dispensava, desde logo, posteriores confirmações do rei: «o qual título haverá, e terá o que a dita caza, e terras herdar, e tanto que o possuidor das ditas terras fallecer, logo, sem outra mais solemnidade, nem cerimonia se chamará duque o que asy as herdar»¹⁸.

No decorrer do século XVI, o património do duque de Coimbra e dos três primeiros duques de Aveiro esteve sujeito a várias alterações, além das referidas incorporações na Coroa após a morte de D. Jorge. Quer fosse porque a maioria dos bens doados por D. Manuel estavam na posse de terceiros e deles se tomou posse somente quando vagavam, quer fosse porque o conjunto de comendas e de senhorios das ordens doados até 1554 foi sendo sucessivamente reconfigurado, o património da Casa de Aveiro adquiriu a sua forma mais constante apenas na década de 1590¹⁹.

Sem contar com as ligeiras alterações provocadas com as (raras) aquisições de bens patrimoniais, a configuração deste estado senhorial apenas se alterou na última década de existência da Casa de Aveiro. Em 1752, D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, marquês de Gouveia e conde de Santa Cruz, sucedeu ao sexto duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre, na administração do ducado de Aveiro²⁰, mas não nos senhorios e nas comendas de Santiago. Com esta sucessão, a Casa de Aveiro não mais constituía concretamente, ou unicamente, um «conjunto coerente de bens simbólicos e materiais», mas uma estrutura senhorial compósita que agregava três estados senhoriais e que foi extinta na sequência do atentado contra o rei D. José I.

¹⁶ Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC) – Livro de Registos da Câmara Municipal de Coimbra, Tomo I (1571-1577), f. 63v-65 e Livro IV da Correia, f. 216-221.

¹⁷ ANTT – Corpo Cronológico, Parte II, Mç. 200, Doc. 106,

¹⁸ SOUSA, António Caetano de – *Provas*,..., cit., Tomo VI, p. 34-35.

¹⁹ MATA, Cristóvão – As rendas e os rendimento da Casa de Aveiro nos séculos XVI e XVII. In LOPES, Bruno e JESUS, Roger Lee de (Coord.) – *Finanças, Economia e Instituições no Portugal Moderno (Séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).

²⁰ SOUSA, António Caetano de – *Memórias Históricas e Geneológicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1755, p. 125-135.

O CAPITAL SIMBÓLICO DO DUCADO DE COIMBRA

O argumento de que a Casa de Aveiro se fundara a 27 de maio de 1500 e que o papel de fundador do morgadio correspondia a D. Jorge²¹ implicaram que, em questões de precedência e disputas semelhantes, os duques de Aveiro estivessem em desvantagem para com casas de origens bem mais antigas – nomeadamente com a Casa de Bragança. O primeiro destes embates deu-se logo no início do reinado manuelino, quando, por falta de descendentes, foi necessário nomear um herdeiro do trono de Portugal: entre D. Jorge e D. Jaime, duque de Bragança, D. Manuel preferiu segundo, porque era filho de sua irmã, D. Isabel, em detrimento do duque de Coimbra, de cujo pai era apenas primo²².

Semelhantes disputas foram uma constante até à Restauração²³, vindo depois o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, a assumir o papel de adversário com quem contenderam precedências. Neste âmbito, foi necessária uma narrativa que permitisse a afirmação, se não da superioridade da Casa de Aveiro, pelo menos da sua igualdade face às casas concorrentes. Para atingir os seus objetivos, foram particularmente úteis o capital simbólico que revestia o ducado de Coimbra-Aveiro e a filiação de D. Jorge de Lencastre a D. João II, elementos cuja evocação, por vezes assente em alegações de consonância factual no mínimo contestável, permitia recuar o momento da fundação da Casa de Aveiro em algumas décadas.

O primeiro argumento no qual assentou a identidade nobiliárquica da Casa de Aveiro consistiu na associação do seu património ao estado senhorial do infante D. Pedro, especialmente advogado após a morte de D. Jorge. Em 1571, no testamento que deixou ao falecer, o primeiro duque de Aveiro considerava ser terceiro representante da sua casa, havendo sido precedido tanto pelo duque D. Jorge, seu pai, como pelo infante D. Pedro²⁴. Do mesmo modo, em 1598, após o duque de Bragança receber o tratamento de Sua Excelência, D. Álvaro de Lencastre, terceiro duque de Aveiro, endereçou ao rei uma carta a reclamar a mesma cortesia, expondo semelhante opinião e outras de legitimidade mais duvidosa.

D. Álvaro começou por afirmar que os reis passados sempre haviam procurado igualar as duas casas, oferecendo como exemplo a doação das vilas das ordens de Avis e Santiago, feita por D. João III a D. João, segundo alegava, em virtude do falecimento de D. Jorge e da incorporação dos mestrados na Coroa. Embora expusesse a igualdade pretendida, nem por isso deixava de afirmar explicitamente a superioridade da sua casa relativamente à do duque de Bragança, evocando a antiguidade da mesma; aliás, não só dizia que a Casa de Bragança era mais recente do que a sua,

²¹ Sobre a importância da figura do fundador de morgadios, ver ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV: modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 68-94.

²² SOUSA, António Caetano de – *Historia...*, op. cit., Tomo II, p. 482-485.

²³ CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, p. 31-32.

²⁴ ANTT – Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Mç. 7, Doc. 522A, f. 3v.

como também afirmava que, por ter sido D. Pedro quem doara o título de duque de Bragança a D. Afonso, «*deve la Cassa de Berganza a la de Avero, el titulo de duque y buena parte de su grandeca*»²⁵.

Considerada a importância simbólica do ducado e do título de duque de Coimbra, não será surpreendente verificar que os duques de Aveiro tenham pretendido obter a sua renovação em várias ocasiões. Por volta de 1562, quando o quinto duque de Bragança, D. Teodósio, negociava para o seu filho D. João o título ducal da vila de Barcelos, D. João de Lencastre solicitou igualmente o título de duque de Coimbra para si e o título de duque de Aveiro para o seu filho e futuro segundo duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre²⁶. Mais tarde, na citada carta, D. Álvaro afirmaria também que «*por muerte del maestro se mudo el titulo, el de Coynbra, en Avero, quedando la alcaidia mayor y todas las rentas de aquella ciudad a los duques de Avero, con la auccion de titulo della, que sienpre pretendieron, y pretenden*»²⁷.

Mesmo após a Restauração, quando a Casa de Bragança não mais constituía um concorrente em matéria de precedências, a Casa de Aveiro continuou, segundo parece, a exigir o título ducal de Coimbra. Agora, a precedência era disputada com o duque de Cadaval, segundo demonstram, por exemplo, as instruções de Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado, visando igualdade entre D. Nuno e D. Raimundo, na celebração das cortes de 1653²⁸, e a defesa da superioridade do título ducal de Aveiro relativamente ao de duque de Cadaval, apresentada por D. Raimundo e por D. Pedro de Lencastre²⁹. Foi, pois, nesta atmosfera de concorrência que se pretendeu de novo a renovação do título de duque de Coimbra.

No final de 1659, o duque D. Raimundo, partiu para Paris, cidade de onde depois acabou por fugir para Madrid. As suas motivações não são inteiramente óbvias, mas não nos parece que se possam resumir, de forma simplista, à sua fidelidade aos monarcas de Habsburgo. Numa carta endereçada à rainha D. Luísa³⁰, então regente de Portugal, o duque de Aveiro alegava as complicações que os reis sempre lhe haviam colocado aos matrimónios que procurar celebrar. O facto de se ter casado em 1666 com uma senhora belga, Claire Louise de Ligne³¹, aponta para a possibilidade de a sua viagem a França se ter destinado, pelo menos de início, à negociação de um casamento.

A importância do casamento do duque D. Raimundo no contexto da sua fuga durante a Restauração não deve ser menosprezada, até porque não se tratou de caso único. Com efeito, o século XVI foi muito fértil em confrontos entre os duques de

²⁵ Biblioteca Nacional de España (BNE) – MSS. 1439, f. 239v-244.

²⁶ SOUSA, António Caetano de – *Provas...*, op. cit., Tomo VI, p. 36-45.

²⁷ BNE – MSS. 1439, f. 276-281v.

²⁸ ANTT – Manuscritos da Livraria, Livro 170, f. 91-92.

²⁹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – PBA-738, f. 405-408 e PBA-788, f. 780-782v.

³⁰ ANTT – Manuscritos da Livraria, Livro 1145, f. 3v.

³¹ SAINTE-MARIE, Augustin – *Histoire Genealogique et Chronologique de la Maison Royale de France*. Tomo VIII. Paris: Par la Compagnie des Livres Associez, 1733, p. 37.

Coimbra e de Aveiro e a Coroa devido ao falhanço de matrimónios (mas nunca com igual desfecho)³². Todavia, não seria a única justificação, pois que o duque de Aveiro também alegava que, desde a Restauração, não havia recebido o menor favor da Coroa e que sempre se lhe negara o que lhe era devido havia mais de um século – o que sugere que em causa estivesse a renovação do título de duque de Coimbra.

É atendendo à importância deste título que se interpreta o projeto, desenvolvido por D. João de Lencastre nos últimos anos da sua vida, de instituição de um panteão familiar na cidade de Coimbra. Em 1567, firmou um contrato com o mosteiro de São Domingos, segundo o qual se comprometia a financiar parcialmente a reconstrução deste edifício, em cuja capela-mor deveria ser reservado um espaço para sepultar o seu corpo, o da duquesa sua esposa e os dos futuros descendentes. Ali também deveriam ser depositadas as ossadas dos duques de Coimbra, seus pais, e colocadas as suas armas³³.

Quatro anos depois, o duque D. João não só reafirmou a obrigação, no testamento com que faleceu, como também planeou a transferência das ossadas do seu avô D. João II do mosteiro da Batalha para o mosteiro de São Domingos de Coimbra³⁴ – o que nunca se concretizou. O significado deste panteão familiar é de extraordinária importância, pois afirmava simbolicamente a sua pretensão à reabilitação do título ducal de Coimbra mediante a exibição pública das suas armas e através da transferência do restos mortais figuras tão fundamentais na criação da sua casa como o eram o pai e o avô. Primeiro, porque se considerava que a fundação da Casa de Aveiro fora responsabilidade deste rei, sendo o seu papel constantemente lembrado. Em 1618, por exemplo, João Batista Lavanha, cosmógrafo-mor do reino, mas também criado dos duques de Aveiro, servindo de vedor do casamento do primogénito destes, D. Jorge, primeiro duque de Torres Novas, referia-se ao rei D. João II, no relato que daquela cerimónia escreveu, como «o fundador desta Caza»³⁵. Cerca de cinquenta anos depois, na alegação jurídica escrita em defesa da sucessão de D. Pedro, filho dos mesmos duques de Aveiro, na casa do seu sobrinho D. Raimundo, afirmava-se algo semelhante: não fora D. Manuel o instituidor da Casa de Aveiro, porquanto apenas executara a última vontade joanina³⁶.

D. João II não seria exatamente o instituidor da Casa de Aveiro, pois, segundo a narrativa construída, nela se reabilitara o ducado de Coimbra. Sobre isto, D. Álvaro era bastante expressivo: a sua casa fora extinta por morte do infante D. Pedro e o rei D. João II tornara a levantá-la³⁷. Por conseguinte, mais do que um único fundador, a

³² SOUSA, Antóónio Caetano de – *Historia...*, op. cit., Vol. XI, p. 23-30 e 42-43.

³³ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Mosteiro de São Domingos. Livro 13, f. 131v-140v.

³⁴ ANTT – Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Mç. 7, Doc. 522A, f. 13.

³⁵ Biblioteca da Ajuda (BA) – 51-IX-8, f. 165v.

³⁶ SILVA, Bebiano Pinto da – *Alagaçam de direito por o Senhor Dom Pedro, sobre a sucessam do estado, casa e titulo, de Duque de Aveiro*. Lisboa: Na Officina de Domingos Carneiro, 1666, p. 7-8.

³⁷ BNE – MSS. 1428, fl. 279.

instituição da Casa de Aveiro mais parecia dever-se a uma tríade originária composta pelo infante D. Pedro, o rei D. João II e o duque D. Jorge.

Além do papel desempenhado na (re)fundação da Casa de Aveiro, a importância da memória de D. João II justificava-se noutro sentido: pelo vínculo que estabelecia entre os duques de Aveiro e a monarquia, fazia remontar as suas origens a um período anterior ao ano de 1500. O que justificará a reverência que posteriormente lhe votaram os seus descendentes e o zelo com que defenderam a sua memória³⁸. Assim, a permanente evocação de D. João II verifica-se, desde logo, na titulação dos documentos do duque D. Jorge, que alude sempre, em primeiro lugar, à sua filiação e só depois enumera os títulos de mestre de Avis e Santiago, duque de Coimbra e senhor de terras³⁹ – mas é igualmente evidente nas armas dos duques de Aveiro.

AS ARMAS DOS DUQUES DE COIMBRA, AVEIRO E TORRES NOVAS

O primeiro exemplar conhecido das armas de D. Jorge encontra-se reproduzido *Livro do Armeiro-mor* de João do Cró, datado de 1509. Neste armorial, exibem-se as armas ducais, que se diferenciam das dos monarcas portugueses apenas pelo filete de bastardia que cruza, na diagonal, o seu escudo e pelo coronel de duque que o encima⁴⁰. Posteriormente, como no *Livro da Nobreza e da Perfeição das Armas* (cerca de 1520), o brasão do duque de Coimbra surge completado com o pelicano, a empresa joanina que lhe serve de timbre⁴¹.

Um outro armorial, não datado, mas porventura dos meados do século XVI, atribui os mesmos elementos heráldicos tanto a D. Jorge, como ao duque de Aveiro, embora distinguindo ambos com o que parece ser a figura de um leão na margem superior do escudo do segundo⁴². Esta representação, porventura utilizada enquanto o duque D. João não sucedeu ao mestre seu pai, todavia, não perdurou, segundo demonstram diversos exemplares das armas do duque de Aveiro em edifícios e outras estruturas – no referido mosteiro de São Domingos, na fonte da Benespera, hoje designada fonte dos Amores, em Aveiro⁴³, e num celeiro existente na vila de Pereira.

Um outro armorial, também não datado, mas possivelmente realizado nos finais do século XVII, inícios do século XVIII⁴⁴, aponta para que não tenham ocorrido alterações até este período. A verdade, porém, é que os exemplares utilizados e

³⁸ OLIVEIRA, António de – Para a História do Embargo à Publicação da Obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y Acciones del Rey Don Juan el Segundo*. In *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 143-157.

³⁹ PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens...*, cit., p. 229.

⁴⁰ ANTT – Casa Real, Cartório da Nobreza, Livro 19, f. 45v.

⁴¹ ANTT – Casa Real, Cartório da Nobreza, Livro 20, fl. 8v.

⁴² Bayerische Staatsbibliothek (BSB) – COD. Icon. 289, f. 122 e 126.

⁴³ NEVES, Francisco Ferreira – A Casa e o Ducado de Aveiro..., cit., p. 173.

⁴⁴ ANTT – Casa de Cadaval, Livro 5, f. 8.

reproduzidos, neste período, pelos duques de Aveiro apresentam algumas diferenças face aos exemplares atrás apresentados. Mas não, conforme propuseram autores como Anselmo Braacamp Freire e Carlos Ary dos Santos, devido à herança familiar dos sexto e sétimo duques de Aveiro.

Suportado num quadro existente no convento de Santa Maria de Guadalupe, em Cáceres, Espanha, que retrata D. Maria de Guadalupe de Lencastre – filha do primeiro duque de Torres Novas (e, portanto, neta dos terceiros duques de Aveiro) e mãe do duque D. Gabriel, penúltimo representante da Casa de Aveiro, que para a cidade de Madrid se mudou depois da fuga do duque D. Raimundo, seu irmão⁴⁵ – e os seus três filhos, Carlos Ary dos Santos propôs que as armas de D. Gabriel integrariam as de todos os seus antepassados⁴⁶.

Do mesmo modo, apoiando-se numa descrição das (supostas) armas de D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, último duque de Aveiro, efetuada por Anselmo Braacamp Freire⁴⁷, o mesmo autor sugeriu que o brasão de armas da Casa de Aveiro, nos anos de 1750, integraria as armas dos Lencastres, dos Silvas e dos Mascarenhas⁴⁸. Trata-se de um hipótese bastante sugestiva, porquanto, neste período, a Casa de Aveiro esteve agregada a duas outras casas. Todavia, como sucede para a proposta das armas de D. Gabriel de Lencastre, não existe nenhum exemplar que a sustente.

A alteração das armas dos duques de Aveiro ocorreu efetivamente, mas não como foi defendido por aqueles dois autores. As modificações são bastante perceptíveis e terão ocorrido nos meados do século XVII, ao tempo do aqui tantas vezes referido D. Raimundo. Não há, todavia, nenhum exemplar para o período anterior à sua saída de Portugal; apenas reproduções do período posterior certificam as alterações, sendo as circunstâncias em que ocorreram extremamente importantes de referir porque constituem uma súmula do que aqui se tem escrito.

AS ARMAS COMO REPRESENTAÇÃO DA «IDENTIDADE NARRATIVA»

Em 1653, nas cortes reunidas em Lisboa, foi proposto o casamento do duque D. Raimundo com a infanta D. Catarina de Bragança⁴⁹. Este acontecimento permite datar aproximadamente uma obra da autoria de frei Miguel Soares, intitulada *Serões do Príncipe*, cuja primeira parte, que está publicada⁵⁰, consiste num tratado jurídico

⁴⁵ MAILLARD ÁLVAREZ, Natalia – María de Guadalupe de Lencastre, duquesa de Arcos y Aveiro, y su biblioteca. In Carriazo Rubio, Juan Luis; Miura Andrades, José María e Ramos Alfonso, Ramón (Ed.) – *Actas de las XIV Jornadas Sobre Historia de Marchena: Iglesias y Conventos*. Marchena: Ayuntamiento de Marchena, 2011, p. 140-145.

⁴⁶ SANTOS, Carlos Ary dos – Estudos de Direito Nobiliárquico Português II: A Sucessão da Casa e Ducado de Aveiro. *Armas e Troféus*. Vol. VIII (1967), p. 32.

⁴⁷ FREIRE, Anselmo Braacamp – *Armaria Portuguesa*. SL: SN, SD, p. 305-306.

⁴⁸ SANTOS, Carlos Ary dos – Estudos..., cit., p. 44.

⁴⁹ VALLADARES, Rafael – *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração (1640-1690)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006, p. 287-288.

⁵⁰ SOARES, Frei Miguel – *Serões do Príncipe*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966.

sobre a nobreza igual a tantos outros da Época Moderna⁵¹ – a segunda, ainda inédita, contém um interessante encómio à Casa de Aveiro.

Afirmações dela constantes, como «todos os monarcas e reys da Europa, deram seu sangue a excelente Casa de Aveiro», fazendo remontar a suas origens até à dinastia francesa dos Capetos, exemplificam a interpretação atrás apresentada sobre a importância da vinculação da Casa de Aveiro à monarquia portuguesa. Por sua vez, quando se considera o duque de Aveiro «aquelle que os reys devem escolher para genro, quando as senhoras iffantes ajam de casar no reyno»⁵², torna-se óbvio que o seu objetivo consistia em defender a preeminência do D. Raimundo e legitimar o projeto do seu casamento, nunca concretizado, com D. Catarina de Bragança.

Esta obra é igualmente interessante – em concreto, para o tema aqui abordado – por referir que, a dada altura, D. João IV concedeu ao duque D. Raimundo a mercê de substituir, nas suas armas, o filete de bastardia pelo banco de pinchar com que os infantes se distinguiam. Não existe nenhum registo escrito desta mercê e tão-pouco há alguma reprodução das armas do duque de Aveiro com a distinção de infante, mas conhecem-se, pelo menos, três exemplares dos séculos XVII e XVIII que ostentam as armas sem o filete de bastardia.

Em 1666, quando se candidatou à sucessão na Casa de Aveiro, D. Pedro apresentou, na sua alegação jurídica, uma árvore genealógica com as armas conforme atrás descritas, que se distinguiam das armas reais somente pelo coronel de duque e pelo pelicano que as encima⁵³. Um sinete de D. Pedro, com a inscrição «PETRVS AVERII DVX»⁵⁴, datará de pouco depois, do período compreendido entre 1668 e 1673, anos em que sucedeu na Casa de Aveiro e em que faleceu. Da mesma maneira, o túmulo de D. Gabriel, falecido em 1745, localizado no convento de Jesus de Aveiro, exhibe as mesmas armas, que em tudo são iguais às da monarquia, mas com a coroa ducal.

Esta mercê, como o projeto de casamento proposto em 1653, pretendia cativar D. Raimundo e aproximá-lo da Coroa. O que era bastante premente se se considerar a resistência armada levantada, logo no mês de dezembro de 1640, pela duquesa de Torres Novas⁵⁵, sua mãe, à aclamação do primeiro monarca da dinastia de Bragança. Um ato meramente simbólico, poder-se-á também dizer; mas de extrema importância no contexto das precedências então disputadas entre D. Raimundo e o duque de Cadaval.

⁵¹ HESPANHA, António Manuel – *A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII*. Penélope. N.º 12 (1993), p. 27-42.

⁵² BA – 46-VIII-5, f. 474-479.

⁵³ SILVA, Bebiano Pinto da – *Allegaçam...*, cit., NP.

⁵⁴ Cabral Moncada Leilões – *Antiguidades e Obras de Arte, Pintura, Livros, Pratas e Jóias*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões, 2011, p. 15.

⁵⁵ WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 134-135.

Igualmente importante, acompanhando o significado político que poderia ter representado a concretização do casamento de D. Raimundo e de D. Catarina, porque confirmava a origem real da Casa de Aveiro e lhe retirava a mácula de bastardia. O abandono do projeto matrimonial e a saída do duque D. Raimundo do reino, que lhe seguiu, não permitem, por agora, afirmar perentoriamente se usou a usar o banco de pinchar, mas aqueles exemplos serão comprovativo bastante da retirada do filete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação sobre as armas dos duques de Coimbra, de Aveiro e de Torres Novas é a de que estas reproduziam iconograficamente a sua vinculação à Coroa portuguesa. À semelhança do capital simbólico detido pelo ducado de Coimbra, esta leitura era importante porque, além do prestígio inerente à ascendência régia, permitia recuar as suas origens até um período muito anterior a 1500.

Naturalmente, as interpretações sobre os discursos produzidos pelos representantes da Casa de Aveiro e acerca da importância da citada reformulação heráldica são apenas isso mesmo: interpretações. Como tudo relacionado com o simbólico, haverá leituras distintas – na verdade, conforme as circunstâncias, os próprios elementos heráldicos que compunham as armas ducais podiam ser sujeitos a diferentes leituras.

A empresa de D. João II, que depois seria utilizada como timbre das armas da Casa de Aveiro, por exemplo, representava o amor paternal manifestado pelo sacrifício do pelicano que debica o peito para com o sangue vertido alimentar as suas crias⁵⁶. Em 1669, na sequência da condenação de D. Raimundo, do sequestro do seu património e da reabilitação da Casa de Aveiro⁵⁷, frei Luís da Conceição apresentava uma leitura adaptada ao contexto da sentença obtida por D. Pedro:

«[O]s filhos do pillicano, são tão dezobedientes que envestem contra seus pais, e o picão no rosto, em cujo castigo hua serpente se sobe por a arvore ao ninho, e os matta e tornado os pais do pilicano ao ninho chora a pilicana três dias sobre seus filhos mortos; outros dizem que o pillicano fere com o seu peito mesmo com seu bico com cujo sangue são picados, e resucitão os filhos mortos»⁵⁸.

A simbologia do pelicano seria usada novamente passado décadas. Em 1757, Florêncio Pereira de Carvalho compôs um poema laudatório, intitulado *Pelicano Restaurado*, que celebrava a devolução da Casa de Aveiro ao duque D. José, vaticinando-lhe perpétua existência⁵⁹. A breve trecho, no contexto do conhecido Processo

⁵⁶ SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II: Subsídios metodológicos para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In MENDONÇA, Isabel (Coord.) – *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa: Imaginário e Viagem*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 2010, p. 20-22.

⁵⁷ ANTT – Manuscritos da Livraria, Livro 1052, f. 12-15 e MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricos*. Volume II. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1959, p. 191-200.

⁵⁸ BA – 50-IV-21, f. 182v.

⁵⁹ CARVALHO, Florêncio Pereira de – *Pelicano Restaurado*. Lisboa: Na Officina de Manuel Soares, 1757,

dos Távoras⁶⁰, o duque de Aveiro seria executado, a sua casa extinta e a memória da existência desta apagada mediante, entre diversos outros expedientes, o recurso à destruição das suas armas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- Arquivo da Universidade de Coimbra – Mosteiro de São Domingos. Livro 13.
 Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Livro de Registos da Câmara Municipal de Coimbra, Tomo I (1571-1577) e Livro IV da Correia.
 Arquivo Nacional Torre do Tombo – Casa de Cadaval, Livro 5; Casa Real, Cartório da Nobreza, Livro 19 e Livro 20; Chancelaria de D. Manuel, Livro 24; Chancelaria de D. João III, Livro 58; Corpo Cronológico, Parte II, Mç. 200, Doc. 106; Manuscritos da Livraria, Livro 170, Livro 1052 e Livro 1145; Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Mç. 7, Doc. 522A.
 Bayerische Staatsbibliothek – COD. Icon. 289.
 Biblioteca da Ajuda – 46-VIII-5; BA – 50-IV-21 e 51-IX-8.
 Biblioteca Nacional de España – MSS. 1439.
 Biblioteca Nacional de Portugal – PBA-738 e PBA-788.

Bibliografia

- AUBIN, Jean – D. João II devant sa succession. In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. XXVII (1991), p. 101-140.
 Cabral Moncada Leilões – *Antiguidades e Obras de Arte, Pintura, Livros, Pratas e Jóias*. Lisboa: Cabral Moncada Leilões, 2011. 415 p.
 CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*. III Tomos. Lisboa: Edições Gama, 1993.
 CARVALHO, Florêncio Pereira de – *Pelicano Restaurado*. Lisboa: Na Oficina de Manuel Soares, 1757,
 CASTRO, Armando de – *A Estrutura Dominial Portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*. Lisboa: Caminho, 1992. 483 p. ISBN 972-21-0725-9.
 CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000. 654 p. ISBN 972-33-1539-4.
 FIGUEIREDO, João Anastácio de – Memória para dar huma idéa justa do que erão as behetrias, e em que differião dos coutos e honras. In *Memorias de Litteratura Portugueza*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina da mesma Academia, 1792, pp. 98-257.
 FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Armaria Portuguesa*. SL: SN, SD. 640 p.

⁶⁰ Monteiro, Nuno Gonçalo – *D. José: Na Sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 131-166.

- FRIGO, Daniela – «*Disciplina Rei Familiarae*»: A Economia como Modelo Administrativo de Ancien Régime. *Penélope*. ISSN 0871-7485. Vol. 6 (1991), p. 47-62.
- HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1982. 562 p.
- *A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII*. *Penélope*. ISSN 0871-7485. N.º 12 (1993), pp. 27-42.
- *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1996. 682 p. ISBN 972-40-0782-0.
- Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. *Análise Social*. ISSN 0003-2573. Vol. XXVIII (1993), p. 951-973.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricas*. Volume II. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- MAILLARD ÁLVAREZ, Natalia – María de Guadalupe de Lencastre, duquesa de Arcos y Aveiro, y su biblioteca. In Carriazo Rubio, Juan Luis; Miura Andrades, José María e Ramos Alfonso, Ramón (Ed.) – *Actas de las XIV Jornadas Sobre Historia de Marchena: Iglesias y Conventos*. Marchena: Ayuntamiento de Marchena, 2011. 238 p.
- MATA, Cristóvão – *O Poder Local em Penela (1640-1834)*. Coimbra: Palimage, 2013. 259 p. ISBN 978-989-703-116-8.
- As rendas e os rendimento da Casa de Aveiro nos séculos XVI e XVII. In LOPES, Bruno e JESUS, Roger Lee de (Coord.) – *Finanças, Economia e Instituições no Portugal Moderno (Séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).
- MENDONÇA, Manuela – *D. João II: Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991. 528 p. ISBN 972-33-0789-8.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003. 622 p. ISBN 972-27-1143-1.
- *D. José: Na Sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, 384 p. ISBN 978-972-759-964-6.
- NEVES, Francisco Ferreira – A Casa e o Ducado de Aveiro. Sua origem, evolução e extinção. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. XXXVIII (1972), p. 161-217 e 257-338.
- OLIVAL, Fernanda – *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. 570 p. ISBN 972-8095-86-4.
- OLIVEIRA, António de – Para a História do Embargo à Publicação da Obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y Acciones del Rey Don Juan el Segundo*. In *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*. Coimbra:

- Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. 758 p. ISBN 972-95017-2-6.
- PEREIRA, João Cordeiro – A Renda de uma Grande Casa Senhorial de Quinhentos. In *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Vol. II. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, p. 790-819.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2002. 600 p. ISBN 972-8497-18-0.
- RICOEUR, Paul – *Tempo e Narrativa*. Volume 3. Campinas: Papyrus, 1997. 519 p. ISBN 85-308-0451-1.
- ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV: modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Estampa, 1995. 309 p. ISBN 972-33-1137-2.
- SAINTE-MARIE, Augustin – *Histoire Genealogique et Chronologique de la Maison Royale de France*. Tomo VIII. Paris: Par la Compagnie des Livres Associez, 1733. 1058 p.
- SANTOS, Carlos Ary dos – Estudos de Direito Nobiliárquico Português II: A Sucessão da Casa e Ducado de Aveiro. *Armas e Troféus*. Vol. VIII (1967), pp. 9-79.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II: Subsídios metodológicos para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In MENDONÇA, Isabel (Coord.) – *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa: Imaginário e Viagem*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 2010, p. 46-82. ISBN 978-972-8253-52-3.
- SILVA, Bebiano Pinto da – *Allegaçam de direito por o Senhor Dom Pedro, sobre a sucessam do estado, casa e titulo, de Duque de Aveiro*. Lisboa: Na Officina de Domingos Carneiro, 1666. 144 p.
- SOARES, Frei Miguel – *Serões do Príncipe*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966. 187 p.
- SOUSA, António Caetano de – *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Tomos II e VI. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1736. 807 p.
- *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Tomo XI. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745. 1070 p.
- *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1755. 714 p.
- VALLADARES, Rafael – *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração (1640-1690)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006. 474 p. ISBN 989-626-042-7.
- WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Colibri, 2007. 513 p. ISBN 978-972-772-737-7.